



## COBRAR PLANO PARA A EDUCAÇÃO

Após longo período de estagnação, País começa a regredir.  
Por Francisco Borges, página 2



## NÃO SOMOS PÁRIAS!

Administração Pública extrapola exigências mas não quita compromissos contratados.  
Por Carlos Cure, página 2



## GOVERNO ALERTA SOBRE GOLPE

Páginas falsas de leilão simulam pregões da Receita Federal.  
Por Antonio Pietrobelli, página 4

## Em cenário pessimista, CNI espera alta de 0,3% do PIB

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) projeta crescimento de 1,2% para a economia brasileira em 2022. Esse é o cenário-base, mas há ainda um cenário pessimista e outro otimista. De acordo com o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, para a estimativa de 1,2% se consolidar, espera-se a superação parcial de problemas conjunturais, como inflação, emprego e normalização das cadeias globais de valor a partir do segundo semestre do ano.

A previsão consta do documento “Economia Brasileira: 2021-2022”, divulgado nesta quarta-feira, com balanço da economia e previsões para 2022. No cenário pessimista, a previsão é de expansão do Produto Interno Bruto (PIB) de 2022 de 0,3%; no cenário otimista, o Brasil crescerá 1,8%. A CNI calcula alta de 4,7% do PIB do Brasil em 2021.

A CNI estima um crescimento de 5,2% da indústria de transformação em 2021. Esse percentual é bem inferior à previsão do Informe Conjuntural do 3º trimestre, de alta de 7,9%. A escassez e alta de insumos e de matérias-primas foram um dos fatores determinantes para a trajetória negativa da indústria neste ano.

## Cadeia de suprimentos sob pressão até o 2º semestre

As interrupções na cadeia de abastecimento global permanecerão altas até o segundo semestre de 2022, devido aos novos surtos de Covid-19 em todo o mundo, à política contínua de Covid zero da China e à volatilidade de demanda e logística durante o ano novo chinês. É o que aponta o Global Trade Report, divulgado pela seguradora de crédito Euler Hermes.

“Após um desempenho excepcionalmente forte desde o segundo semestre de 2020, o comércio global de bens se contraiu no terceiro trimestre. Constatamos que as quedas de produção estão abaixo de 75% da atual contração do volume global de comércio, sendo o restante explicado por gargalos logísticos” afirma um dos autores do estudo, o economista Ano Kuhanathan.

## Dívida global tem maior alta desde a Segunda Guerra

### Com a pandemia, aumento recaiu sobre os governos

Em 2020, o planeta assistiu ao maior aumento da dívida em um ano desde a Segunda Guerra Mundial, com a dívida global subindo para US\$ 226 trilhões, atingindo 256% do PIB, um aumento de 28 pontos percentuais, revela texto de Vitor Gaspar, Paulo Medas e Roberto Perrelli, do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Os empréstimos dos governos representaram um pouco mais da metade do aumento, e a proporção da dívida pública global saltou para um recorde de 99% do PIB. A dívida privada de empresas não financeiras e famílias também atingiu patamares inéditos.

Os aumentos são particularmente marcantes nas economias avançadas, onde a dívida pública passou de cerca de 70% do PIB, em 2007, para 124% do PIB, em 2020. A dívida privada, por outro lado, aumentou a um ritmo mais

moderado, de 164% para 178% do PIB, no mesmo período, mas continua sendo majoritária.

Economias avançadas e a China foram responsáveis por mais de 90% do aumento da dívida em 2020. A China sozinha respondeu por 26% do aumento da dívida global. Os mercados emergentes (excluindo a China) e os países de baixa renda foram responsáveis por pequenas parcelas do aumento da dívida global, cerca de US\$ 1 trilhão a US\$ 1,2 trilhão cada, principalmente devido ao aumento da dívida pública.

A dívida pública agora representa quase 40% do total da dívida global, a maior parcela desde meados da década de 1960. O acúmulo de dívida pública desde 2007 pode ser atribuído em grande parte às duas principais crises econômicas: a crise financeira global e a pandemia.

“Nas economias avançadas, os déficits fiscais dispararam à me-

didada que os países assistiram ao colapso das receitas devido à recessão e implementaram medidas fiscais abrangentes à medida que a Covid-19 se espalhava. A dívida pública subiu 19 pontos percentuais do PIB, em 2020, aumento semelhante ao verificado durante a crise financeira global, ao longo de dois anos: 2008 e 2009”, descrevem os economistas.

“A dívida privada, porém, deu um salto de 14 pontos percentuais do PIB em 2020, quase o dobro do que observado durante a crise financeira global, refletindo a natureza diferente das duas crises. Durante a pandemia, governos e bancos centrais apoiaram mais empréstimos do setor privado para ajudar a proteger vidas e meios de subsistência. Já durante a crise financeira global, o desafio era conter os danos do setor privado excessivamente alavancado”, analisam.

Divulgação Aliança



Barcaças e empurradores serão construídos pelo estaleiro Rio Maguari, de Belém

## Aliança encomenda embarcações com bandeira e tripulação 100% nacional

Aliança, empresa do grupo A.P. Moller - Maersk, anunciou que construirá duas barcaças de 700 TEU e dois empurradores em território nacional. A construção conta com a participação da empresa canadense Robert Allan, que atuará no desenvolvimento do projeto.

As embarcações serão construídas pelo estaleiro Rio Maguari, localizado em Belém (PA), com

previsão de entrega em até três anos. O investimento total na construção será de US\$ 60 milhões. A Aliança informa que serão criadas 30 vagas de tripulantes e cerca de 300 trabalhadores participarão da construção das embarcações.

O diretor de Relações Institucionais da Aliança, Mark Juzwiak, destaca que as barcaças para contêineres terão bandeira brasileira e

tripulação 100% nacional. “Acreditamos no potencial do mercado brasileiro e, por esta razão, estamos apostando em investimentos e reafirmando nosso compromisso em desenvolver, cada vez mais, a logística e crescer com a economia no país. Vamos gerar novas oportunidades de emprego na região, além de desenvolver novas tecnologias na indústria nacional”, diz.

## Refinaria privatizada não reduzirá preço da gasolina

O Sindicombustíveis Bahia informa que a Acelen, empresa que assumiu a gestão da Refinaria Mataripe, antiga Refinaria Landulpho Alves/RLAM, disse, em comunicado às distribuidoras de combustíveis, que não vai praticar a redução de 3,13% na gasolina anunciada pela Petrobras nesta terça-feira e que entrou em vigor nesta quarta.

“A redução anunciada pela Petrobras só será praticada nas refinarias que ainda estão sob sua gestão. Como a refinaria baiana foi privatizada, não mais pertencendo à estatal federal, a política de preço da Refinaria Mataripe será independente, uma das consequências da privatização da RLAM. O Sindicombustíveis Bahia reafirma que não interfere no mercado e respeita a livre concorrência”, afirma em comunicado.

A Petrobras anunciou nesta terça-feira que o preço médio de venda da gasolina A para as distribuidoras passará de R\$ 3,19 para R\$ 3,09 por litro a partir desta quarta-feira. Será uma redução média de R\$ 0,10 por litro.

“Considerando a mistura obrigatória de 27% de etanol anidro e 73% de gasolina A para a composição da gasolina comercializada nos postos, a parcela da Petrobras no preço da gasolina na bomba passará a ser de R\$ 2,26 a cada litro em média. Uma redução de R\$ 0,07”, informou, em nota, a companhia. No comunicado, a Petrobras reiterou o compromisso com a prática de “preços competitivos e em equilíbrio com o mercado”.

### COTAÇÕES

Dólar Comercial	R\$ 5,7127
Dólar Turismo	R\$ 5,8730
Euro	R\$ 6,4174
Iuan	R\$ 0,8988
Ouro (gr)	R\$ 322,00

### ÍNDICES

IGP-M	0,02% (novembro)
	0,64% (outubro)
IPCA-E	
RJ (jun.)	0,69%
SP (jun.)	0,81%
Selic	9,25%
Hot Money	0,63% a.m.

# 2022 será o ano de cobrar plano concreto para a Educação

**Por Francisco Borges**

No livro *Pedagogia da Esperança*, Paulo Freire escreveu que esperança é se levantar, construir e não desistir. É a ação de levar adiante e juntar-se com outros para fazer de outro modo. A obra de 1992 foi escrita num contexto notadamente sem esperança, semelhante ao que vivemos agora. Duas décadas depois e a referência continua necessária porque é preciso um ponto de partida para o processo de reconstrução. É hora de olhar para a frente.

Uma mudança é possí-

vel, mas é evidente que ela depende da educação como plano de governo. Fator essencial para o desenvolvimento de um Brasil inclusivo e com perspectivas.

O ano que está ficando para trás foi marcado por profundas sequelas deixadas pela conjuntura de uma crise sanitária e de um governo cuja gestão provocou retrocesso inequívoco, com uma sucessão de ministros que arruinaram entidades e sucatearam pesquisas com corte de recursos. Programas que necessitavam apenas de ajustes foram descontinuados ou modificados para pior, com viés de exclusão. Caso do Prouni.

O Programa Universidade para Todos sofreu mudanças, por medida provisória, para, entre outras coisas, alterar a reserva de cotas destinadas a negros, povos indígenas e pessoas portadoras de necessidades especiais. Mas há algo ainda pior, se é que é possível determinar uma escala de catástrofes. Há padronização de modelos pedagógicos excludentes em todos os níveis e, por consequência, pouco eficientes. Num país desigual como o Brasil não é possível nivelar todos pela mesma régua.

Assim, é fato que o futuro da educação consiste na promoção da diversidade como um valor inegociável.

Quanto mais respeitados em suas diferenças, mais os estudantes e educadores avançam. E entende-se aqui a inclusão do diverso como a aceitação da pluralidade dos indivíduos, com suas experiências, habilidades, contextos e capacidades. Essa é uma realidade que deve ser desenvolvida por meio de práticas educacionais.

Apesar de asseguradas, essas garantias constitucionais têm sido desrespeitadas pelo principal órgão executivo implantado para desenvolver políticas de acesso à educação, o MEC. Vide a extinção da Secretaria de Educação Especial. Um sinal de total despreparo pa-

ra promover a equidade. A pasta teve atividades transferidas para a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi). E o que temos visto é que quem tem muito a cuidar, nada realiza.

Se nem os estudantes que mais necessidades apresentam têm respeitados os seus direitos, o que dizer dos demais? Essa falta de políticas públicas de acesso, inclusivas e estimuladoras, resultaram na desmotivação e no afastamento de jovens e crianças do sistema de ensino.

Os principais indicadores internacionais já apontam os prejuízos: após um longo período de estagnação nos

resultados obtidos, o País começa a regredir. Uma perspectiva para reverter a situação pode começar a se desenhar em 2022, quando teremos oportunidade de discutir os planos de governo para um próximo mandato.

Que estejamos alertas para cobrar propostas concretas, apresentadas e debatidas dentro da nossa realidade: a de um Brasil plural e democrático, com acesso universal, mas com respeito à individualidade, aspecto vital para o direito à aprendizagem.

*Francisco Borges é mestre em Educação e consultor da Fundação FATEM em Gestão e Políticas Públicas voltadas ao Ensino.*

## Não somos párias!

**Por Carlos Cure**

Vivemos tempos estranhos. Desde a Revolução Industrial que restou comprovado ser a mão de obra a grande força de uma nação, e com o passar dos anos esse diferencial no segmento de serviços vem passando por transformações qualitativas responsáveis pela condução de boa parte da nossa economia.

Na pesquisa anual de serviços do IBGE de 2014, por exemplo, obtivemos um dos melhores cenários das últimas décadas, estimando a existência de 1.332.260 empresas cuja atividade principal pertença ao âmbito dos serviços continuados (excluídos aqueles de natureza financeira), que totalizaram R\$ 1,4 trilhão em receita operacional líquida, ocuparam 13 milhões de pessoas e pagaram R\$ 289,7 bilhões de reais em salários, retiradas e outras remunerações. Ou seja, o setor de serviços despendeu, em 2014, uma proporção de 49,1% do valor adicionado sob a forma de gastos com pessoal, com os encargos representando 30% do total destes gastos.

Esse cenário traz a tona uma considerável contribuição do segmento de serviços para o desenvol-

vimento nacional, porém, desde março de 2020 uma outra face se revelou e desde então a grande maioria das empresas, sobretudo as pequenas e médias, vêm sendo sufocadas com a falta de incentivo e condescendência por parte da Administração Pública em todas as suas esferas.

Há um maltrato enfatizado com as empresas que possuem a Administração Pública como cliente sob a forma de tomadora de serviços, pois a mão que afaça com medidas inócuas e postergadoras de obrigações é a mesma que apedreja com exigências legais desprovidas de sensatez em momentos de calamidade pública.

Recentemente, a chanceler alemã Angela Merkel, uma das maiores líderes da atualidade, proclamou: “Em situações excepcionais, é preciso estar pronto para ações excepcionais”, exigindo das demais nações medidas enérgicas e extraordinárias diante do ressurgimento incessante de novas cepas do Covid-19 e o tratamento dispensado para lidar com a crise da dívida na Zona do Euro.

Ora, não adianta cobrar das empresas o cumprimento inflexível de serviços contratados sem que haja uma contraprestação no modus operandi da própria

Administração Pública nessa parceria que deveria ser uma via de mão de dupla cujo trânsito tivesse como regra a boa fé e o esforço contínuo para manutenção do serviço, que tal qual pronunciado pela líder alemã, exige medidas extraordinárias para que se prevaleça eficiente e íntegro.

Porém, o que se observa é uma relação leviatânica sobre as empresas, que operam no limite de sua atuação, tendo que lidar com atrasos de pagamentos contínuos, reiteradas glosas e penalidades aplicadas sobre um faturamento extremamente limítrofe, e por motivos incoerentes, tais como atrasos de 1 dia no pagamento de benefícios quando na verdade o contratante encontra-se há meses inadimplente.

Junte-se a essa incongruência o fato de que para cada nota emitida – e não paga! – são diversos recolhimentos fiscais e tributários que a empresa contratada deve manter em dia, sob pena de não manter regular suas certidões com o próprio ente que lhe é devedor, que a partir desse momento se coloca em uma posição “confortável e conveniente” de não pagar o que já estava atrasado em função da falta de regularidade documental.

Seria cômico se não fos-

se trágico, pois esse ciclo vicioso favorece a Administração Pública, ora contratante, por sua própria torpeza, mantendo um peso sobre os já combalidos ombros daqueles que até então ajudavam a carregar a economia desse País e atualmente se veem obrigados a sujeitar-se a qualquer afago que sinalize com o mínimo de “intenção de boa vontade”, ainda que esta não se efetive em ação, tamanha é a carência de lisura contratual que vimos sofrendo desde a decretação do estado de calamidade pública.

Parece que apenas nós somos responsáveis por manter as obrigações contratuais eretas, vigorosas, enquanto “novos governos”, por exemplo, se negam a quitar obrigações de seus antecessores – como se as empresas contratadas não fossem o CPF do personagem político – e ainda editam decretos e portarias autorizando de forma unilateral e desavergonhada a redução de valores ora chancelados em processos licitatórios extremamente concorridos, com margens que não permitem tal desatino por mais ínfimo que seja, e resultam em verdadeiros vácuos no fluxo de caixa das empresas que absorvem esse prejuízo sem o direito de ao menos encerrar o serviço ou adequá-lo à nova realidade, sob

pena de aplicação de penalidades cuja defesa não passa de um pro forma oriundo de uma legislação extremamente favorável à Administração Pública.

Some-se a essa bastarda relação imposta pelos entes contratantes a pressão exercida pela mídia, que veicula matérias tendenciosas e com realidade distorcida e/ou incompleta, que por sua vez influencia a sociedade e os empregados contra o empresariado, que passa a viver uma realidade humilhante e marginalizada, vendo ruir, de forma incapaz, décadas de contribuição para a economia nacional e desenvolvimento social.

Se socorrer de ferramentas como o reequilíbrio econômico-financeiro de um contrato é uma verdadeira “loteria emocional”, pois depende por vezes da boa vontade e humor do fiscal do contrato que não incoerentemente sente um mórbido prazer em penalizar e demonstrar o peso de sua força e vaidosa importância sobre as estruturas empresariais.

De nada adianta demonstrar de forma cabal a variação dos custos contratuais, a dificuldade de gerir milhares de empregados que a cada momento se afastam do ambiente de trabalho ora por questões de saúde ora

por integrar “grupos de risco”, contribuindo assim para um exorbitante aumento do nível de absenteísmo, e, quando até mesmo os índices econômicos divulgados pelo próprio governo demonstram um desalentoso cenário e um futuro duvidoso para o próximo exercício financeiro, as empresas são tratadas como se nada estivesse acontecendo e são instadas a todo momento em manter suas obrigações incólumes, independente dos ataques sofridos por cada aresta de sua já fatigada estrutura.

Desde o início da pandemia foram 716 mil empresas que encerraram suas atividades, algumas por atos involuntários às suas intenções, mas inegável que outras por estarem extenuadas com a relação abusiva e negligente imposta pelo Estado. As forças podem se exaurir, mas a dignidade se mantém vigorosa a ponto de mantermos, minimamente, nossa cabeça erguida para reconhecer a importância desse setor que há de se recuperar e retornar ao patamar que jamais deveria ter saído, afinal de contas, não somos párias.

*Carlos Cure é 2º vice-presidente para Assuntos Administrativos do Seac-RJ (Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Rio de Janeiro).*

# Monitor Mercantil



**Monitor Mercantil S/A**  
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280  
Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
Tel: +55 21 3849-6444

**Monitor Editora e Gráfica Ltda.**  
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001  
São Paulo - SP - Brasil  
Tel.: + 55 11 3165-6192

**Diretor Responsável**  
Marcos Costa de Oliveira

**Conselho Editorial**  
Adhemar Mineiro  
José Carlos de Assis  
Maurício Dias David  
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à  
**ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS**

**Serviços noticiosos:**  
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912  
monitormercantil.com.br  
twitter.com/sigaomonitor  
redacao@monitormercantil.com.br  
publicidade@monitor.inf.br  
monitor.interpress@hipernetecom.com.br

**Assinatura**  
Mensal: R\$ 180,00  
Plano anual: 12 x R\$ 40,00  
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.



## FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira  
Redação do MM  
fatos@monitormercantil.com.br

## Submissão estrangeira e o aumento do gás

Paulo Guedes afirmou em 2020 que a aprovação da Lei do Gás faria o preço do produto cair 50%. Bom economista, acertou no percentual, mas errou o sinal: a Petrobras acaba de acertar um aumento de 50% no gás natural para os contratos de longo prazo (queria 100%, o que pode indicar uma interferência na decisão). O preço do gás encanado para o consumidor no Rio de Janeiro, residencial, comercial e industrial, deve subir, em média, 41% a partir de janeiro de 2022.

“A justificativa para retirar o monopólio da Petrobras foi estabelecer a competitividade em um setor que é, em todo mundo, monopolista ou oligopolista”, ensina o administrador aposentado Pedro Augusto Pinho sobre o que acontece na área de petróleo e energia no Brasil. “Foram vendidos ativos da Petrobras em todos os segmentos: campos produtores, refinarias, dutos para movimentação de óleo, gás e derivados, áreas e instalações para tancagens, terminais marítimos e a distribuidora e postos de venda a varejo. Melhorou a qualidade do produto? O preço dos derivados? Em absoluto”, afirmou em entrevista ao programa *Faixa Livre*, da Rádio Bandeirantes AM, nesta quarta-feira.

“Não por falta de recursos naturais, não por indisponibilidade de recursos financeiros, não por ausência de tecnologia e de mão de obra preparada. O doente energia assim se encontra por decisão política”, afirma Pinho. “No que consiste então esta decisão política? Na submissão do interesse nacional, na solução das demandas brasileiras aos ganhos astronômicos do sistema financeiro internacional, na sujeição da política brasileira ao decálogo do Consenso de Washington. E para isso tem o apoio de toda mídia comercial, hegemônica, que penetra principalmente pelos canais de televisão em todos os lares, impedindo a justa revolta popular. E elegendo estes governos e aplicando golpe, como o de 2016”, denuncia o especialista.

## Engenheiro Brizola

Em comemoração ao Dia do Engenheiro (11 de dezembro), o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio (Crea-RJ) divulga nesta quinta-feira o Prêmio Lâurea ao Mérito Profissional, que contemplou os agraciados nos anos de 2020 e 2021.

Além dos profissionais, foram homenageados o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica da Eletrobras (Cepel) como Pessoa Jurídica e o ex-governador do Rio de Janeiro e egresso da Escola de Engenharia Civil da UFRGS Leonel de Moura Brizola, com o Diploma de Mérito na premiação de 2020.

## Soberania

Independente se houve ou não ataque hacker a sites do Governo Federal, a pergunta a se fazer é: qual a segurança de uma Nação se os dados sigilosos de todos seus cidadãos estão guardados em um servidor (AWS, da Amazon) de uma potência estrangeira?

## Rápidas

A idealizadora do método Superself, Fernanda Gazal, estará neste domingo, às 12h, em São Paulo, realizando o “Encontro Superself Brasil”. Desde 2018 a especialista não vem ao Brasil \*\*\* O livro *Mulher de Verdade*, em sua 10ª edição, será lançado dia 20, às 13h, na Ribalta Espaço Multieventos, na Barra da Tijuca (RJ). A obra, promoção da Fundação Ceperj, contém 325 histórias. De acordo com a idealizadora do projeto, Itamarcia Marçal, quando se escreve a biografia de alguém, na verdade está se escrevendo a essência de uma era.

# Fed mantém taxa de juros

O Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc, na sigla em inglês) do Federal Reserve (Fed, banco central dos EUA) manteve a taxa básica de juros da economia dos EUA no intervalo entre 0% e 0,25%, conforme a expectativa de 97,8% do mercado. “Os desequilíbrios na oferta e demanda relacionados à pandemia e à reabertura da economia continuaram a contribuir para os altos níveis de inflação”, justificou o comitê em um comunicado, após dois dias reunião de política.

“Diante da evolução da inflação e de uma melhora maior do mercado de trabalho”, o comitê decidiu reduzir a taxa mensal de compra de ativos líquidos em US \$ 20 bilhões em títulos do Tesouro e US \$ 10 bilhões em ativos, começando com o calendário de compras de meados de janeiro. No início de novembro, o Fed concordou em reduzir suas compras mensais de ativos de US\$ 120 bilhões em US\$ 15 bilhões. O anúncio de hoje colocaria o banco central no caminho certo para finalizar as compras de ativos para março, antes das previsões iniciais de junho. Por outro lado, o Fed decidiu manter a taxa de fundos

federais inalterada em uma baixa recorde de quase zero, como geralmente esperado.

A decisão, junta com outros fatos brasileiros, afetou positivamente o Ibovespa que subia 0,60% aos 107.395,24 pontos, por volta das 17h22, horário de Brasília, desta quarta-feira. O economista João Beck, sócio da BRA, comentou a decisão. “Ficou claro que aumentou a preocupação do comitê em relação à inflação, retirando a classificação de ‘transitória’ do comunicado oficial”, analisou.

Segundo Beck, o comunicado adotou o tom duro já esperado, porém bem diferente do início do ano. E deve alinhar a expectativa de mercado para altas de juros antes do esperado para maio ou talvez até março.

O economista comenta que Jerome Powell (chairman do Fed) reiterou o comunicado do Fomc e usou um discurso oposto ao início do ano. “É um Powell bem mais hawkish (conduta econômica ligada à política monetária com implicações no controle da inflação e desemprego). Uma curiosidade do mercado seria o tom com que a nova variante ômicron seria tratada e Powell disse que o mundo está mais vacinado e apren-

deu a conviver com o vírus. Outra dúvida é o timing, ou seja, o gap temporal entre o tapering e o aumento de juros. Powell deixou esse tema ainda em aberto, mas frisou que a alta de juros só vem após finalizado o tapering”.

Sobre como isso muda o mercado, Beck explicou que é um fato que a redução de estímulos e o arrocho da economia subindo juros pode ocasionar uma queda na bolsa. “Mas a notícia é positiva. Significa que o país está conseguindo andar com as próprias pernas. Sem a bengala de tantos pacotes de estímulos feitos em tempos passados. Lógico que isso ainda dependerá de dados da atividade nos trimestres seguintes. Mas se forem positivos, significa um crescimento sem ser artificial e sem as muitas distorções causadas por tantos pacotes de estímulo”, explicou.

### Brasil

Segundo Beck, para o Brasil há um impacto pequeno. A alta de juros lá fora pode ser um atrativo para um fluxo de recursos saindo de países emergentes, o que pressiona nossos juros por aqui. Os futuros de DI sobem hoje. Mas o tom geral

hawkish do Fomc e do Powell já eram esperados.

“É curioso o efeito que resulta um ciclo de alta de taxa de juros lá fora. Porque muitas distorções ocorrem por conta justamente do processo inverso. A principal delas foi o boom de ações de tecnologia e dos criptoativos. A taxa de juros muito baixa por muito tempo faz com que obviamente haja um estímulo em empresas de tecnologia a criptoativos em busca de rentabilidade. Poderemos ver durante um tempo a reversão dessa tendência”, esclareceu.

Ao comentar o comunicado do Fed hawkish, Étore Sanchez, economista-chefe da Ativa Investimentos avaliou que “os comentários sobre a transitoriedade da inflação foram suprimidos. Reconheceu os sólidos avanços do mercado de trabalho, deixando novas variantes da Covid apenas como riscos”. Na sua opinião, “a autoridade ainda pisou mais forte no freio para a expansão do Balance Sheet. A partir de janeiro a injeção será de US\$ 60bi/mês, reduzindo ao ritmo de US\$ 30bi/mês. Em outras palavras, no final do terceiro mês do primeiro trimestre teremos o *balance sheet* estável”.

## Parceria Ásia-Pacífico será centro do comércio mundial

Um novo acordo de livre comércio da Ásia-Pacífico, que entrará em vigor em 1º de janeiro de 2022, criará o maior bloco comercial do mundo em tamanho econômico, de acordo com um estudo da Organização das Nações Unidas para o Comércio (Unctad) publicado nesta quarta-feira. A Parceria Econômica Global Regional (RCEP) inclui 15 nações do Leste Asiático e do Pacífico de diferentes tamanhos econômicos e estágios de desenvolvimento.

O países são Austrália, Brunei Darussalam, Camboja, China, Indonésia, Japão, República da Coreia, Laos, Malásia, Mianmar, Nova Zelândia, Filipinas, Cingapura, Tailândia e Vietnã.

A RCEP se tornará o maior acordo comercial do mundo, medido pelo PIB de seus membros, de quase um terço do PIB mundial. Em comparação, outros grandes acordos comerciais regionais por parcela do PIB global são o Mercosul (2,4%), a área de livre comércio continental da África (2,9%), a União Europeia (17,9%) e o Acordo Estados Unidos-México-Canadá (28%). A análise da UNCTAD mostra que o impacto da RCEP no comércio internacional será significativo. “O tama-

nho econômico do bloco emergente e seu dinamismo comercial o tornarão um centro de gravidade para o comércio global”, diz o relatório.

O acordo abrange várias áreas de cooperação, com concessões tarifárias como princípio central. Eliminará 90% das tarifas dentro do bloco, e essas concessões são essenciais para entender os impactos iniciais da RCEP no comércio, dentro e fora do bloco. Sob a estrutura da RCEP, a liberalização do comércio será alcançada através de reduções tarifárias graduais. Embora muitas tarifas sejam abolidas imediatamente, outras serão reduzidas gradualmente durante um período de 20 anos. As tarifas que permanecem em vigor serão limitadas principalmente a produtos específicos em setores estratégicos, como a agricultura e a indústria automotiva, nos quais muitos dos membros da RCEP optaram por não assumir compromissos de liberalização do comércio.

O comércio entre as 15 economias do bloco já valia cerca de US\$ 2,3 trilhões em 2019, e a análise da Unctad mostra que as concessões tarifárias do acordo poderiam aumentar ainda mais as exportações dentro da aliança recém-formada

em quase 2%, ou aproximadamente US\$ 42 bilhões. Isso resultaria da criação de comércio – já que tarifas mais baixas estimulariam o comércio entre membros em quase US\$ 17 bilhões – e desvio de comércio -, uma vez que tarifas mais baixas dentro da RCEP redirecionariam o comércio avaliado em quase US\$ 25 bilhões, longe de não membros para membros.

Segundo Marcelo Godke, advogado especialista em direito empresarial e societário, professor do Insper e da FAAP e sócio do escritório Godke Advogados, em matéria já publicada no Monitor Mercantil, em novembro, o acordo pode, mais uma vez, colocar o centro do poder econômico na Ásia. “Já tivemos uma ameaça do Japão nos anos 80, depois vieram os chamados Tigres Asiáticos e agora é provável que a gente veja uma aceleração do crescimento da Ásia, que vai passar para um novo patamar, tanto nos cenários econômico e comercial e até no político, porque sabemos que poder econômico atrai poder político”, analisa Godke.

Para o professor, como o acordo vai abranger uma boa parte da população e da produção industrial do mundo, deverá ter um im-

pacto enorme, acelerando o comércio nesses países, que já contam com altas taxas de crescimento. “O acordo deve impulsionar ainda mais o posicionamento da China como potência econômica mundial, com a queda de barreiras comerciais e a retomada de um crescimento econômico acelerado. Sem dúvida, será uma zona de livre comércio importantíssima, que tem o poder, inclusive, de ameaçar a supremacia econômica e geopolítica ocidental”.

O relatório destaca que os membros da RCEP devem se beneficiar em graus variados do contrato. Espera-se que as concessões tarifárias produzam efeitos comerciais mais altos para as maiores economias do bloco, não por causa das assimetrias das negociações, mas em grande parte devido às tarifas já baixas entre muitos dos outros membros da RCEP. A análise da Unctad mostra que o Japão se beneficiaria mais das concessões tarifárias da RCEP, principalmente por causa dos efeitos do desvio de comércio. As exportações do país devem aumentar em cerca de US\$ 20 bilhões, um aumento equivalente a cerca de 5,5% em relação às suas exportações para membros da RCEP em 2019.



## LEILÕES & COMPANHIA

Antonio Petrobelli  
pietrobelliantonio0@gmail.com

### Governo alerta sobre golpe do falso leilão

A Receita Federal alerta que os leilões de mercadorias apreendidas pela instituição não são realizados em sites privados. Páginas fraudulentas na internet simulam o Sistema de Leilão Eletrônico (SLE) oficial da Receita Federal. Os falsos endereços usam inclusive o logotipo da Receita indevidamente para dar credibilidade ao serviço. Essas páginas, embora visualmente semelhantes à original, são falsas.

A Receita Federal esclarece também que os leilões de mercadorias apreendidas não são realizados em sites privados. Para participar de leilões eletrônicos da Receita Federal é necessário possuir certificado digital. O pagamento pelas mercadorias arrematadas em leilão é feito por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) e nunca mediante depósitos ou transferências para contas de terceiros.

Para obter mais informações sobre o Sistema de Leilão Eletrônico da Receita Federal, o contribuinte deve acessar o site oficial do órgão: gov.br/receitafederal

### Destaque para sala no Centro do Rio

Alexandro Lacerda (alexandroleiloeiro.com.br) está destacando leilão da sala/apto 1705, situada na Rua Evaristo da Veiga, 35 – Centro, RJ, com 55m². A região do imóvel é servida por alguns dos melhoramentos públicos do município, como distribuição de energia elétrica, telefone, iluminação pública, asfaltamento, rede de água e esgotos. Ali há amplo comércio de serviços em suas redondezas, além de serviços públicos. O prédio fica próximo à estação de metrô da Cinelândia, estação de VLT, Avenida Rio Branco e Lapa. Avaliação: R\$ 100.500,00. Leilão em andamento.

### Oportunidade de cobertura na Vila da Penha

Cristina Façanha (facanhaleiloes.com.br) comunica a realização de leilão de cobertura 01 da Rua Engenheiro Lafaiete Stocler, 302, na Vila da Penha. É imóvel residencial, localizado em prédio com garagem, com comércio e serviços nas adjacências, próximo ao Carioca Shopping, com condução nas proximidades, estando o prédio em bom estado de conservação. Avaliação: R\$ 470.000,00.

### Apartamento no Leblon

Rodrigo Portela (portelleleiloes.com.br) está promovendo leilão do apartamento 501, na Rua Aperana, 84, no Leblon, Rio de Janeiro. O imóvel tem dois pavimentos, possui varanda, sala, sala de almoço, quatro quartos, sendo dois com banheiro (suíte), cozinha, área de serviço, quarto de serviço, sauna, banheiro de serviço, banheiro social e lavabo, terraço, piscina, área de lazer com cobertura de palha, deck de madeira etc. Conta com três vagas exclusivas para estacionamento de veículos. Avaliação: R\$ 8.846.537,00.

### Anúncio de salas no Centro do Rio

Jonas Rymer (rymerleiloes.com.br) está anunciando leilão do grupo de salas 1.616, com 115m², situado na Av. Nilo Peçanha, 50, Centro – RJ. O imóvel pertence ao luxuoso Condomínio do Ed. Rodolpho de Paoli, o qual é composto por portaria e diversos elevadores. O grupo possui 1 recepção; 1 copa; 2 banheiros; e é dividido em 4 salas. Localizado no coração do Centro do Rio de Janeiro, onde há amplo comércio e serviços em suas redondezas, além de serviços públicos. O prédio fica perto da estação de metrô da Carioca e de VLT, com pontos de ônibus e táxi próximos. Avaliação: R\$ 900.000,00.

# Fusões e aquisições na área de tecnologia aumentaram 68%

O mercado transacional brasileiro registrou um total de 2.224 transações e movimentou R\$ 467,9 bilhões até novembro, de acordo com o relatório mensal do Transactional Track Record em colaboração com o escritório TppzziniFreire Advogados. Esses números representam um aumento de 51% no número de transações em relação ao mesmo período de 2020.

Do total das transações, 50% possuem os valores revelados e 79% das operações já estão concluídas. Em novembro, 197 fusões e aquisições foram registradas, entre anunciadas e concluídas, e um valor total de R\$ 33,4 bilhões.

O setor de Tecnologia permanece o mais ativo do

ano, com um total de 818 transações, representando um aumento de 68% em relação ao mesmo período de 2020. Em segundo lugar está o setor de Financeiro e Seguros, com 408 transações.

Até novembro de 2021, as empresas brasileiras escolheram os Estados Unidos como seu principal destino de investimento, com 48 transações com um total de R\$ 2,2 bilhões, seguido pela Colômbia com 15 operações e pelo México com 14 transações. Os Estados Unidos e a Argentina, com 206 e 34 transações, respectivamente, são os países que mais investiram no Brasil.

As empresas norte-americanas que adquirem empresas brasileiras registraram um aumento de

76% em comparação com o mesmo período do ano passado. Já as aquisições estrangeiras nos setores de Tecnologia e Internet aumentaram em 68%.

Em relação aos fundos estrangeiros de Private Equity e Venture Capital que investem em empresas brasileiras, houve um aumento de 18% até novembro de 2021.

Em Private Equity, foram contabilizadas 115 transações e um total de R\$ 52,7 bilhões até novembro, registrando uma diminuição de 0,8% no número de operações, em comparação com o mesmo período de 2020. No âmbito do Venture Capital, foram realizadas 643 rodadas de investimento, movimentando um capital de R\$ 55,2 bilhões, o que

resulta um aumento de 54% no número de transações.

No segmento de Asset Acquisitions, foram registradas 238 transações e um total de R\$ 96,4 bilhões até novembro, representando um crescimento de 15% no número de operações, em relação ao mesmo período do ano passado. A transação destacada pelo TTR em novembro de 2021, foi a conclusão da aquisição da Hortifruti pela Americanas e Lojas Americanas, através da IF Capital. O valor da operação é de R\$ 2,1 bilhões. A operação teve assessoria jurídica dos escritórios BMA – Barbosa Müssnich Aragão e Lefosse Advogados. Do lado financeiro, a transação foi assessorada pelo Lazard Brasil e Banco J.P. Morgan Brasil.

## Vitória vira metrópole e reduz relevância do Rio no SE

Uma das três novas metrópoles do país, segundo a pesquisa Regiões de Influência das Cidades (Regic 2018), publicada ano passado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Vitória ficou com parte do protagonismo e da influência que pertencia ao Rio de Janeiro no Sudeste. É o que mostra a publicação Divisão Urbano-Regional 2021, divulgada nesta quarta-feira pelo IBGE, que identificou e delimitou regiões de articulação urbana das 15 metrópoles e de duas capitais regionais do Brasil. O produto também está disponível na Plataforma Geográfica Interativa (PGI), onde o usuário pode fazer seus próprios cruzamentos e baixar as tabelas e mapas.

Tendo como base a Regic 2018, o estudo fornece um quadro de referência do país em três escalas: Regiões Ampliadas, Intermediárias e Imediatas de Articulação de Urbana. A ascensão de Vitória à metrópole centralizou todo o estado do Espírito Santo na capital. Dessa forma, o Rio de Janeiro, que em 2013 abarcava todas as regiões intermediárias capixabas chegando até a região intermediária de Teixeira de Freitas, no extremo-sul da Bahia, passou a ficar circunscrito, basicamente, aos seus limites estaduais. “Por causa da ascensão de Vitória como metrópole, é possível dizer que o Rio de Janeiro perdeu relevância em seu contexto regional nesta edição do estudo”, explica Maria

Monica O’Neill, analista da pesquisa. A metrópole fluminense também perdeu influência em outros dois estados: na Bahia, a região de Teixeira de Freitas passou a ser influenciada por Salvador (BA). Já em Minas Gerais, a região de Juiz de Fora agora atua subordinada a Belo Horizonte.

Além de Vitória, Florianópolis e Campinas (SP) também ascenderam ao nível de metrópole na Regic 2018 e reconfiguraram o quadro urbano-regional que abrange as regiões vizinhas. No Sul, as três capitais agora possuem áreas de abrangência próximas da configuração territorial de seus respectivos estados. Quem também teve expressiva diminuição da sua relevância de 2013 para 2021 foi Curitiba, uma das capitais regio-

nais identificadas no estudo. A perda ocorreu graças à mudança de vinculação da região intermediária de Barra do Garças (MT) para Goiânia. O Centro-Oeste também vê uma presença maior de um eixo de desenvolvimento constituído por Brasília, Anápolis (GO) e a capital goiana.

Na região Norte, o destaque é o papel ainda mais polarizador de Manaus na região, já que Tefé (AM) reduziu o protagonismo regional, aumentando a extensão da influência exercida por Manaus no estado. A capital amazonense é capaz de alcançar as maiores distâncias entre cidades em diferentes escalas, como na ligação com Tabatinga (AM) mesmo separadas por mais de mil quilômetros de distância.

## Marketplace nacional voltado a painéis de madeira

Em compasso com o bom desempenho do comércio eletrônico no Brasil, a Arauco dá mais um passo rumo à inovação com foco em facilidades para parceiros varejistas e consumidores e lança o primeiro marketplace nacional voltado à venda de painéis de madeira.

No primeiro semestre de 2021, o e-commerce brasileiro registrou crescimento de 155% em faturamento e de 67% em número de pedidos no segmento de casa e decoração, em comparação com os primeiros seis meses do ano passado, segundo a 44ª edição do Webshoppers, relatório elaborado pela Ebit|Nielsen. O novo cenário do mercado impulsionou a iniciativa da maior companhia florestal

das Américas, cujo lançamento aconteceu no último dia 13 de dezembro.

As vendas do marketplace não serão realizadas diretamente pela Arauco, mas por revendedores da marca que poderão se cadastrar na plataforma. Flávio Verardi, diretor Comercial da Arauco, conta que essa iniciativa foi pensada tendo como base o respeito pela forte parceria que a companhia já possui com seus clientes revendedores. O novo canal visa aumentar a capilaridade da empresa e fortalecer a marca, atraindo novos consumidores que terão a oportunidade de conhecer pelo site, todo o portfólio de painéis revestidos da Arauco, além de produtos relacionados à cadeia moveleira.

“Em vez de realizarmos vendas diretas da fábrica, desenvolvemos a plataforma e investiremos na divulgação e engajamento de consumidores. Todo o processo de vendas e atendimento, entretanto, será realizado por nossos clientes revendedores. Para eles, trata-se de um novo formato para a atração de consumidores, uma nova forma de vendas, mas com a manutenção dos padrões de excelência em atendimento das lojas físicas”, afirma.

Joaquim R. S. Pio de Oliveira, gerente de Marketing da Arauco, acrescenta que a empresa possui um plano de investimento em marketing digital para 2022 com foco em avançar não apenas a marca da

fabricante de painéis, mas também os parceiros deste projeto. “Nossa plataforma será divulgada em todo o Brasil, sendo assim, as revendas cadastradas ganharão capilaridade em território nacional. Mesmo que as vendas fiquem concentradas em regiões devido a questões logísticas, estes varejistas extrapolarão sua presença de marca para todos os estados brasileiros”, completa.

O público-alvo do marketplace da Arauco são escritórios de arquitetura, marcenarias e pessoas físicas, que poderão escolher, pela internet, os painéis para fabricar seus móveis, com facilidade de pagamento e entrega do material no endereço de seus marceneiros.

# Diversificar o portfólio de negócios

## Delphos mira em novas oportunidades para 2022

Com a agilidade que é sua marca registrada desde a fundação, há 54 anos, a Delphos vem diversificando o seu portfólio de negócios e mirando oportunidades que surgem no mercado de seguros, a reboque das novas exigências criadas pela pandemia e o rápido avanço da utilização de ferramentas tecnológicas.

Nesse contexto, a empresa vislumbra para 2022 perspectivas interessantes e positivas em decorrência da mudança no modo de pensar, tanto no que diz respeito à adoção de novas práticas no caso das seguradoras, quanto no desenvolvimento e entrega de serviços no caso da Delphos.

O exemplo disso é a regulação dos sinistros nas carteiras de vida, que, até recentemente, em muitas seguradoras era comumente tratado de forma vertical, por ser considerado parte “intransferível” de seu core.

“A pandemia trouxe um componente bastante amargo para toda a sociedade. O número de sinistros atingiu níveis inimagináveis, e as equipes internas das companhias ficaram sobrecarregadas. Com isso, houve um grande movimento no sentido de terceirizar o transbordo. Como é suposto que essa volumetria não prevaileça com o avanço do processo de vacinação, e que haja uma consequente re-

dução nos índices de mortalidade – o que felizmente já vem ocorrendo – não faz sentido aumentar o headcount, contratando pessoas que depois terão que ser dispensadas, com consequentes custos rescisórios. A Delphos, por trabalhar para diferentes seguradoras, consegue ter uma escalabilidade que compensa absorver as massas excedentes e transitórias, aliviando as seguradoras de sua sobrecarga e permitindo que cumpram seus SLAs com excelência”, afirma Elisabete Prado, presidente da Delphos.

Ela acrescenta que a empresa planeja, para o próximo ano, o desenvolvimento de novas soluções, como por exemplo, a transformação de seu ERP SegDelphos – sistema de gestão operacional para seguradoras – em um sistema que possa ser oferecido em módulos para outros interessados, sem a necessidade de adesão ao pacote completo como é hoje.

A ideia é atender a segmentos distintos, indo além do foco atual, preferencialmente direcionado para as seguradoras. “Há módulos que, se apartados, podem servir aos propósitos de resseguradoras e corretoras, que frequentemente nos procuram para a obtenção de determinadas soluções”, explica.

A Delphos entende que, tal como ocorreu este ano,

a área de tecnologia será a que mais irá se destacar nas inovações em 2022, não só pela constante evolução dos tempos, mas pelas mudanças que estão ocorrendo no mundo em geral, e no Brasil particularmente, como a implementação da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) e a exigência cada vez maior nos cuidados com a segurança de informação. “São questões que impõem que as empresas repensem suas metodologias, seu jeito de pensar e fazer, e em quanto tempo o fazem. É imperativo, pois, que a tecnologia continue seguindo no seu viés de novidades”, observa Elisabete.

### Soluções robustas

A executiva pontua ainda que a Delphos, desde a sua fundação, sempre ofereceu ao mercado segurador soluções robustas, que envolvem BPOs de gestão completa de carteiras, sobretudo nos ramos habitacionais e similares.

Dessa forma, para auxiliar as seguradoras a dar celeridade aos seus processos, e, com isso, melhorar sua competitividade e alavancagem de vendas, em 2021, a empresa expandiu o seu portfólio de negócios, e desenvolveu algumas ferramentas apartadas dos BPOs macro, e que podem ser utilizadas de forma independente.

Dentro desse espírito, a Delphos passou a dar alternativas para as seguradoras que não desejavam terceirizar toda a esteira operacional de seu negócio, mas apenas parte dela. Esse processo gerou serviços como o ÁpiDelphos, o SinDelphos, o SvrDelphos e o VinDelphos, que, respectivamente, tratam dos processos de subscrição do Risco de pessoas e imóveis; dos avisos e acompanhamento dos sinistros; das Vistorias feitas de forma remota; e, do BI para visão de negócios com indicadores estatísticos e de desempenho.

Por fim, acentua que a Delphos é uma empresa de serviços, mas que sempre teve um apreço especial pela sistematização de processos, tendo a tecnologia como parte do seu DNA. Por isso, a empresa permanece atenta ao que o mercado está buscando, constituindo um ambiente experimental que tenha condições de criar alternativas especiais para transpor as barreiras à inovação.

“Obviamente, pela própria natureza do Sandbox, pensamos nesse ambiente sempre com o objetivo de reduzir os custos e facilitar os processos para os nossos clientes, que, por sua vez, precisam ter foco na melhoria da experiência dos seus consumidores”, conclui Elisabete.

# Rio de Janeiro escolhe a Prevcom

Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo (Prevcom) foi a vencedora do processo seletivo realizado pela prefeitura do Rio de Janeiro para escolha do gestor do plano de previdência complementar dos seus servidores públicos. A Capital fluminense é uma das maiores cidades brasileiras, com população de 6,7 milhões de habitantes.

A instituição atendeu todas as condições e exigências do edital e recebeu a maior pontuação da Comissão Especial de Seleção encarregada de avaliar as propostas técnicas encaminhadas por diversas empresas do setor previdenciário ao grupo técnico coordenado pela Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento e o Instituto de Previdência e Assistência do Município do Rio de Janeiro (Previ-Rio).

A Prefeitura do Rio de Janeiro e a Prevcom devem assinar em breve o convênio de adesão que será encaminhado para aprovação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). A partir da homologação do acordo, o benefício da previdência complementar, instituído pela Lei nº 6.982 de 29 de junho de 2021, poderá ser oferecido aos ocupantes de cargos efetivos dos poderes Executivo e Legislativo e do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCMRJ).

O Regime de Previdência Complementar (RPC) estabelece o teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), de R\$

6.433,57, como limite para a aposentadoria. Ao aderir ao plano previdenciário, o servidor municipal poderá construir as reservas financeiras que irão garantir renda superior ao se aposentar. Os aportes dos funcionários com remuneração acima do teto serão acompanhados por contribuições paritárias da prefeitura que incidirão sobre a parcela remuneratória que exceder o limite máximo dos benefícios pagos pelo RGPS.

A Previc aprovou na semana passada convênios das prefeituras paulistas de Barretos, Itapevi, Santos e Valentim Gentil com a Prevcom e deve analisar em breve o processo de adesão de São José do Rio Preto. A entidade aguarda também o aval do órgão federal para o acordo firmado com o Estado do Paraná para assumir o gerenciamento do plano exclusivo dos servidores estaduais.

A Prevcom administra um patrimônio de mais de R\$ 2 bilhões de 36,5 mil participantes e é responsável pelo gerenciamento dos planos exclusivos dos estados de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia além da cidade de São Paulo.

A entidade é a gestora do plano Prevcom Multi do qual fazem parte os municípios de Birigui, Guarulhos, Jales, Louveira, Mairiporã, Osasco, Ribeirão Preto e Santa Fé do Sul. Com a adesão de Barretos, Itapevi, Santos, São José do Rio Preto e Valentim Gentil, esta base consolidada passa a totalizar 13 municípios.

### JUIZO DE DIREITO DA DÉCIMA SÉTIMA VARA CÍVEL

EDITAL DE 1º, 2º LEILÃO E INTIMAÇÃO - ELETRÔNICO E PRESENCIAL, com prazo de 05 dias, extraído dos autos da ação indenizatória proposta por SEBASTIÃO AFONSO DA SILVA em face de RECAP CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, RENATO SOARES DE MOURA, CAMILLO SOARES DE MOURA NETTO e EMILIO SOARES DE MOURA (Processo nº 0178873-54.1999.8.19.0001): O Dr. LEONARDO DE CASTRO GOMES, Juiz de Direito, FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, especialmente a RECAP CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, através de seu representante legal, CAMILLO SOARES DE MOURA NETTO, MARCIA PEIXOTO BRAGA, RENATO SOARES DE MOURA, EMILIO SOARES DE MOURA, de que no dia 31/01/2022, às 12:00 horas, através do portal de leilões on-line do Leiloeiro Público Oficial JONAS RYMER (www.rymerleiloes.com.br), bem como concomitantemente na Av. Erasmo Braga, nº 227, Sala 1.111, Castelo/RJ, pelo Leiloeiro Público JONAS RYMER, será apregoado e vendido a quem mais der acima da avaliação de **R\$ 1.136.869,42**; ou no dia 03/02/2022, no mesmo horário e local, a quem mais der, a partir de 60% da avaliação, o **Apartamento 403, situado na Rua São Salvador, nº 99, Laranjeiras/RJ**. Cf. o 9º RI, o imóvel encontra-se matriculado sob o nº 83.292, com registro de doação a Camillo Soares de Moura Netto, assistido de sua mulher Marcia Peixoto Braga, constando no R-14, penhora oriunda do presente feito. Débitos de IPTU: R\$ 700,12, mais acréscimos legais (2021 - cotas 08 a 10 - Inscrição: 0898569-9). Débitos de Taxa de Serviços Estaduais de Prevenção e Extinção de Incêndios: R\$ 480,21 (2016 a 2020 - N° CBMERJ: 2315834-8). Débitos de Condomínio: não há. Os débitos fiscais atrelados ao imóvel serão sub-rogados no produto da hasta, conforme artigo 130, parágrafo único, do CTN. Ficam os interessados intimados do leilão pelo presente edital, suprimindo a exigência contida no art. 889 do CPC. Arrematação, adjudicação ou remição: à vista, ou no prazo de, até, 15 dias, mediante sinal de 30%; mais 5% de comissão ao leiloeiro; e custas de cartório de 1% até o máximo permitido. E, foi expedido este edital. Outro, na íntegra, está afixado no Atrio do Fórum e nos autos acima. RJ, 09/11/2021. – Eu, Marcell da Silva Argento, Mat. 01-31466. - Chefe de Serventia, o fiz datilografar e subscrevo. Dr. Leonardo de Castro Gomes – Juiz de Direito.

EDITAL DE 1º, 2º LEILÃO E INTIMAÇÃO - ELETRÔNICO E PRESENCIAL, com prazo de 05 dias, extraído dos autos da ação de cobrança proposta por CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO NOVA MONTEIRO em face de ESPÓLIO DE JOSÉ PEREIRA DE MAGALHÃES e ESPÓLIO DE VIRGINIA PIMENTA DE MAGALHÃES (Processo nº 0117017-98.2013.8.19.0001): O Dr. LEONARDO DE CASTRO GOMES, Juiz de Direito, FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, especialmente ao ESPÓLIO DE JOSÉ PEREIRA DE MAGALHÃES e ESPÓLIO DE VIRGINIA PIMENTA DE MAGALHÃES, através de seu inventariante Marco Antônio Pimenta de Magalhães, de que no dia 31/01/2022, às 12:00 horas, através do portal de leilões on-line do Leiloeiro Público Oficial JONAS RYMER (www.rymerleiloes.com.br), bem como concomitantemente na Av. Erasmo Braga, nº 227, Sala 1.111, Castelo/RJ, pelo Leiloeiro Público JONAS RYMER, será apregoado e vendido a quem mais der acima da avaliação de **R\$ 812.304,52**; ou no dia 03/02/2022, no mesmo horário e local, a quem mais der, a partir de 60% da avaliação, o **Apartamento 601, situado na Rua Oliveira da Silva, nº 48, Tijuca/RJ**. Cf. o 11º RI, o imóvel encontra-se matriculado sob o nº 44.805 e registrado em nome de José Pereira de Magalhães e sua mulher Virginia Pimenta de Magalhães, constando no R-6 Penhora oriunda do presente feito. Débitos de IPTU: R\$ 778,29, mais acréscimos legais (Inscrição: 1542176-1). Débitos de Taxa de Serviços Estaduais de Prevenção e Extinção de Incêndios: não deve (N° CBMERJ: 657243-2). Débitos de Condomínio: R\$ 178.971,18. Os débitos fiscais atrelados ao imóvel serão sub-rogados no produto da hasta, conforme artigo 130, parágrafo único, do CTN. Ficam os interessados intimados do leilão pelo presente edital, suprimindo a exigência contida no art. 889 do CPC. Caso ocorra a remição ou qualquer ato por conta do devedor ou credor caberá o pagamento de comissão no equivalente de 0,5% a 2,5% do valor da avaliação por quem der causa. Arrematação, adjudicação ou remição: à vista, ou no prazo de, até, 15 dias, mediante sinal de 30%; mais 5% de comissão ao leiloeiro; e custas de cartório de 1% até o máximo permitido. E, foi expedido este edital. Outro, na íntegra, está afixado no Atrio do Fórum e nos autos acima. RJ, 09/10/2021. – Eu, Marcell da Silva Argento, Mat. 01-31466. - Chefe de Serventia, o fiz datilografar e subscrevo. Dr. Leonardo de Castro Gomes – Juiz de Direito.

### CONCESSÃO DE LICENÇA

**MARGRIM 01 EMPREENDIMENTOS LTDA.** - CNPJ 13.512.064/0001-13 torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMAC, através do processo nº 14/200.774/2012, a Licença Ambiental Municipal de Instalação renovada nº 002033/2020 com validade até 14/05/2024 para construção de edificação comercial localizado na Av. Passos, 97 - Centro.

### EDITAL

Pelo presente edital, nos termos dos artigos 1º, 6º e 8º inciso II do Estatuto, ficam convocados os empregados das Categorias Profissionais, representadas pelo Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Município do Rio de Janeiro - Sindaut – CNPJ nº 27.903.715.0001.00, a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 20 de Dezembro de 2021 (segunda-feira) às 15:00hs em primeira convocação ou às 15:30hs em segunda e última convocação na sede do Sindicato na Rua André Cavalcante, 128 – Bairro de Fátima – Rio de Janeiro/RJ, com a categoria para discutir e deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA: a) Aprovação da Pauta Reivindicatória da Data-Base 2022/2023; b) Autorização dos empregados para o Sindicato instaurar Dissídio Coletivo ou assinar Convenção Coletiva; c) Autorização da categoria para descontar Contribuição Social em favor do Sindicato; d) Assuntos gerais. Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2021.

**Fernando Bandeira – Presidente.**

### APL - ADMINISTRAÇÃO DE PÁTIOS E LEILÕES LTDA.

CNPJ: 29.953.833/0007-44  
**Aviso de Leilão - Edital nº 001/2022 e 002/2022. Dados:** 06, 19 e 26 de janeiro de 2022, às 13 horas. **Local:** Sítio eletrônico [www.aplleiloes.com](http://www.aplleiloes.com). **Leiloeiro Oficial:** Alexandre Pereira da Costa, matrícula 071 JUCERJA. **Objeto:** Veículos conservados (automóveis, motocicletas etc.), veículos com impedimentos judiciais, sucatas inservíveis não identificadas e sucatas identificadas. A Prefeitura Municipal de Barra do Pirai, RJ, torna público que realizará, na data acima, leilão de veículos conservados (automóveis, motocicletas etc.), retirados e/ou removidos, não reclamados por seus (suas) proprietários (as) no prazo legal, que se encontram no Pátio terceirizado da concessionária APL - Administração de Pátios e Leilões Ltda. A cópia do Edital completo poderá ser obtida junto ao pátio, situado à Rua Vereador Chequer Elias nº 4725 - Vila Helena - Barra do Pirai, em dias úteis, das 9h às 15h ou ainda no sítio eletrônico [www.aplleiloes.com](http://www.aplleiloes.com).

### SINDICATO DOS CONFERENTES DE CARGA E DESCARGA NOS PORTOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**EDITAL**  
 De ordem do Sr. Presidente convido os Srs. Associados em pleno gozo de seus direitos sociais, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária que se realizará na sede da Entidade, sito à Avenida Cidade de Lima, nº 266 - Santo Cristo na cidade do Rio de Janeiro-RJ, no dia 17 do mês de dezembro de 2021, às 09:00 horas, em 1ª convocação, ou às 10:00 horas em 2ª convocação, para deliberar a seguinte Ordem do Dia: a) Deliberar sobre o movimento PAREDISTA NACIONAL, conforme deliberação encaminhada pelas Três FEDERAÇÕES: FENCCOVB, FNE e FNP. Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2021.  
**PAULO ROBERTO F. MARTINS** - Diretor. **Obs:** Serão tomadas todas as medidas preventivas sobre COVID-19 (uso de máscaras, uso de álcool gel e apresentação do comprovante de vacinação).

Assine o jornal

Monitor Mercantil

(21) 3849-6444



# Conversa com Investidor: CBA (Companhia Brasileira de Alumínio, CBAV3)

Por João Daronco, Suno Research

A CBA, Companhia Brasileira de Alumínio, atua desde a mineração de bauxita até a produção de produtos primários e transformados de alumínio, desempenhando também atividades de reciclagem. A companhia fechou o 3T21, o primeiro após o IPO de R\$ 700 milhões realizado em julho, com uma receita líquida de R\$ 2,3 bilhões, crescimento de 55% comparado ao 3T20. A CBA apresentou um Ebitda ajustado de R\$ 314 milhões, crescimento de 97%, com uma margem Ebitda ajustada de 14%, crescimento de 3 pontos percentuais.

Esses números fizeram com que a companhia fechasse o 3T21 com um prejuízo líquido de R\$ 41 milhões, com uma redução de 91% quando comparado ao 3T20 (R\$ 460 milhões). Segundo a CBA, a redução do prejuízo se deve “ao aumento da receita líquida no período, que foi superior ao aumento do custo dos produtos vendidos no período” e “à melhora de outros resultados operacionais, dos quais teve efeito positivo da marcação a mercado dos contratos futuros de energia, além do efeito positivo na constituição de provisão de impairment em Niquelândia e São Miguel Paulista em 2020, com reversão parcial do impairment em 2021 e menor baixa de ativos imobilizados”.

Neste Conversa com Investidor, Luciano Alves, CFO da CBA, foi entrevistado por João Daronco, analista de investimentos (CNPI) da Suno Research.

## Como estão as perspectivas de oferta e demanda de alumínio?

Por ser infinitamente reciclável e essencial para a transição energética e um

futuro de baixo carbono, o alumínio é um ativo de alto valor agregado em crescimento no mercado global. A CBA exerce papel de protagonismo nesse cenário no contexto nacional, especialmente sob o aspecto do mercado de alumínio verde e na produção de baixo carbono por utilizar energia 100% renovável na cadeia produtiva.

O volume total do mercado brasileiro de alumínio é de aproximadamente 1 milhão e 500 mil toneladas/ano, havendo vários produtores nacionais e internacionais que suprem essa demanda. Especificamente na CBA, nossa capacidade de produção é de 450 mil toneladas/ano de alumínio primário (lingotes, tarugos, alumínio silício, rolos caster e placas) e de 220 mil toneladas de produtos transformados (chapas, folhas e perfis extrudados).

Nossa percepção é de que o mercado brasileiro tem crescido, e a pandemia ajudou a recuperar a tendência no âmbito nacional. Existem alguns segmentos chave que ainda estão abaixo do que viamos em 2019, em função da não recuperação de mercado, como, por exemplo, transportes. Por outro lado, nos Negócios Primários já notamos uma recuperação no setor da construção civil com a demanda por tarugos.

A CBA se ajustou rapidamente para atender às novas necessidades do mercado nacional nos segmentos onde a demanda foi bem acima da média, como embalagens e bens de consumo, além da construção civil já citada.

No mercado mundial, o consumo também cresce consistentemente, puxado pelas tendências de descarbonização e eletrificação, e com uma restrição de oferta importante neste momento, vinda especialmente da China, devido à crise hídri-

ca e à política de redução das emissões daquele país, o que coloca o mercado em um cenário mais favorável atualmente.

Conforme informações recentes da Associação Brasileira de Alumínio (Abal), a indústria do alumínio fechou o primeiro semestre com resultados recorde, indicando que, depois de uma queda no início da pandemia, o setor vem se recuperando e que o bom desempenho deve se manter no segundo semestre, ainda que em um patamar menor. De acordo com a entidade, os mercados de embalagem e da construção civil têm apresentado bons resultados. O mercado de transportes também sinaliza uma recuperação, embora suas perspectivas de crescimento de produção no Brasil ainda sejam menores para este ano.

## Estamos vivendo um superciclo de commodities?

Os preços do alumínio estão próximos a outros picos históricos, portanto, pode-se dizer que estamos no início de um ciclo de alta de preço que deve se manter enquanto houver um déficit de oferta e demanda. A China continua com a política de reduzir as emissões de gases do efeito estufa e, com essa dinâmica, há menos oferta no mercado.

## Como está se dando o plano de expansão da companhia pós-IPO?

A CBA é a primeira produtora de alumínio a abrir capital na B3 e decidiu fazê-lo porque vem apresentando resultados financeiros consistentes e em curva de crescimento. Além disso, a empresa possui market share relevante em seus mercados-chave e autossuficiência e segurança no fornecimento de matérias-primas e na produção de energia para a manutenção

de sua operação. A CBA também promove integração em toda cadeia de valor da indústria de alumínio.

A empresa prevê investir em projetos para crescimento orgânico e potenciais fusões e aquisições. O crescimento orgânico visa, principalmente, o aumento da produção de alumínio primário de baixo custo com baixa emissão de carbono. A CBA já é considerada uma produtora de alumínio de baixo carbono, por estar no 1º quartil (25% melhores) da curva de emissões da indústria do alumínio. Mesmo assim, segue engajada em contribuir ainda mais para o enfrentamento das mudanças climáticas do planeta. Além disso, também há expectativa do crescimento de volume a partir da maior utilização de sucata de alumínio.

Em continuidade à sua estratégia de longo prazo, a CBA firmou em novembro o acordo para aquisição de 80% da Alux do Brasil, localizada em Nova Odessa-SP, em uma transação no valor de R\$ 110 milhões com uma opção de compra dos 20% restantes a partir do terceiro ano após a conclusão da transação.

Por estar entre as maiores fornecedoras de ligas secundárias de alumínio no Brasil e possuir clientes grandes players do segmento automotivo, a unidade da Alux permitirá à CBA entrar em um novo segmento de mercado além de ampliar sua capacidade produtiva de alumínio reciclado em cerca de 20%. A aquisição reforça o posicionamento da CBA no mercado de reciclagem no Brasil e amplia suas bases para expansões adicionais no futuro, incluindo novos mercados.

Coordenação: Jorge Priori

Leia a entrevista na íntegra em [monitormercantil.com.br/conversa-com-investidor-cba-companhia-brasileira-de-aluminio-cba3/](http://monitormercantil.com.br/conversa-com-investidor-cba-companhia-brasileira-de-aluminio-cba3/)

# China: Investimento em ativos fixos cresce 5,2%

A economia chinesa está tentando reter sua dinâmica de recuperação em novembro, com os principais indicadores permanecendo dentro de uma faixa razoável, segundo os dados oficiais divulgados nesta quarta-feira. As vendas no varejo de bens de consumo aumentaram 3,9% anualmente em novembro, enquanto a produção industrial de valor agregado cresceu 3,8% anualmente, mostraram os dados do Departamento Nacional de Estatísticas (DNE).

O investimento em ativos fixos aumentou 5,2% anualmente nos primeiros 11 meses do ano, com o investimento nos setores de alta tecnologia em aceleração, mostraram os dados. A taxa de desemprego urbano pesquisada no país ficou em 5% em novembro, 0,2 ponto percentual a menos que no mesmo período do ano

passado. “A resiliência do desenvolvimento tem sido continuamente reforçada e a operação econômica em geral está estável”, informou o DNE em um comunicado.

Segundo a agência Xinhua, o investimento em ativos fixos da China subiu 5,2% ano a ano nos primeiros 11 meses do ano, mostraram nesta quarta-feira os dados do Departamento Nacional de Estatísticas (DNE). De janeiro a novembro, o investimento em ativos fixos ficou em mais de 49,4 trilhões de iuanes (US\$ 7,8 trilhões), de acordo com a entidade.

Em comparação com o nível de 2019, o crescimento foi de 7,9% durante o período. O crescimento médio de dois anos ficou em 3,9%. O investimento do setor privado aumentou 7,7% em termos anuais, para mais de 28,1 trilhões de iuanes nos primeiros 11 meses de 2021, mostraram os dados do DNE.

# Qualquer aplicação na bolsa precisa constar do IR

Os quase quatro milhões investidores na bolsa de valores devem começar a se preparar para a próxima declaração do imposto de renda. A declaração a ser entregue em 2022 deverá incluir as informações do exercício de 2021. “Ao se organizar com maior antecedência, o contribuinte que investe no mercado de capitais terá mais tempo e tranquilidade para separar e conferir toda a documentação, evitando erros e problemas com a Receita Federal”, diz a consultora e especializada em tributação de renda variável Alice Porto, do canal Consultora da Bolsa.

Ela aconselha o investidor verificar as suas operações mês a mês e calcular o resultado das transações. “Se for lucro tributável, ele vai precisar pagar imposto de renda, mas se tiver prejuízo, não precisará pagar tributos e ainda poderá descontar dos lucros”, comenta

De acordo com a Receita Federal, se o total das vendas naquele mês for inferior a R\$ 20 mil, as operações em ações ou ouro em swing trade (realizadas num prazo maior de 24 horas) são isentas de imposto de renda. “Caso o total de vendas somem mais de R\$ 20 mil no mês ou sejam realizadas operações de vendas em outros ativos ou tipo de operações, como BDRs, ETFs e opções, não há isen-

ção de imposto e a alíquota cobrada é de 15% do lucro. Da mesma forma, qualquer operação, independentemente do valor, realizada na modalidade de day trade (em menos de 24 horas), também é taxada, mas, neste caso, a alíquota é de 20% em cima dos ganhos”, explica a especialista.

Para calcular os resultados, o investidor precisa separar todas as notas de corretagem mensais ao longo do ano, e o extrato mensal fornecido pelas instituições financeiras onde ele tem conta e fez alguma movimentação de valores. As notas de corretagem contêm todas as informações necessárias para que o contribuinte faça os cálculos mensais e declare corretamente as suas movimentações na Bolsa de Valores, isto inclui também o cálculo do custo de aquisição de suas ações.

Segundo Alice Porto, este acompanhamento das operações precisa ser feito mensalmente e o pagamento do imposto, quando aplicável (no caso de lucro), é mensal, através da DARF (Documento de Arrecadação de Receitas Federais), com prazo para pagamento sempre até o último dia útil do mês seguinte das operações. Ou seja, no último dia útil de dezembro deve ser pago o DARF relativo às operações lucrativas de novembro.

**AUSTRAL PARTICIPAÇÕES S.A.**  
CNPJ/ME 14.105.758/0001-07 / NIRE 33.3.0029883-5

**Edital de Convocação - AGE.** Ficam os senhores acionistas da **Austral Participações S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Av. Bartolomeu Mitre, nº 336, sala 401, Leblon, RJ/RJ, CEP 22.431-002, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (“CNPJ/ME”) sob o nº 14.105.758/0001-07, com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (“JUCERJA”) sob o NIRE 33.3.0029883-5 (“Companhia”), convocados para reunirem-se em assembleia geral extraordinária (“Assembleia Geral”), a ser realizada em primeira convocação no dia 30/12/2021, às 9h:00, de forma digital, por meio do link do aplicativo de videoconferência Microsoft Teams, a ser disponibilizado pela Companhia, conforme autorizado pela Lei nº 14.030 de 28/07/2020 e regulamentado pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, datada de 10/06/2020 (“IN DREI nº 81/2020”), para deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) a declaração em favor dos acionistas de juros sobre capital próprio, com base nos lucros apurados no exercício do ano corrente, no valor total bruto de até R\$ 25.000.000,00, a serem pagos aos acionistas, na proporção de sua participação no capital social, até 30/06/2022; e (ii) a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações tomadas na Assembleia Geral. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia Geral, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados da Sra. Daniella Matos (Jurídico) – [dmatos@australholding.com](mailto:dmatos@australholding.com), com previamente à data de realização da Assembleia Geral: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia Geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro representante acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na Assembleia Geral caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §§ 1º e 2º da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos. Conforme estabelecido na IN DREI nº 81/2020, os documentos mencionados acima deverão ser apresentados pelos acionistas à Companhia até, no máximo, 30 minutos antes do horário da abertura dos trabalhos. As pessoas naturais e jurídicas acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia Geral por procurador que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, consoante previsto no art. 126, § 1º da Lei das S.A. Nos termos da legislação aplicável, os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. RJ, 15/12/2021. **Bruno Augusto Sacchi Zarembo** - Presidente do Conselho de Administração

**COOPESTADO - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro LTDA.**  
CNPJ nº 04.995.006/0001-05 / NIRE JUCERJA nº 33.4.0004.127-5

**EDITAL DE CONVOCACAO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA**  
O Presidente do Conselho de Administração, conforme previsto no estatuto da COOPESTADO, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca seus 1758 (Hum mil setecentos e cinquenta e oito) cooperados para se reunirem, em sua sede social, para a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), que se realizará na Rua Desembargador Isidro nº 40 salas 104/105, no bairro da Tijuca, CEP 20521-160, Rio de Janeiro/RJ, , no dia 5 de janeiro de 2022, obedecendo aos seguintes horários e quorum para instalação, sempre no mesmo local, em 1ª (primeira) convocação, às 9 horas, com a presença de dois terços (2/3) do número total de associados; em 2ª (segunda) convocação, às 10 horas, com a presença de metade mais um do número total de associados; em 3ª (terceira) e última convocação, às 11 horas, com a presença mínima de dez associados, para deliberarem sobre: 1ª) A eleição de 1 membro para a Diretoria Executiva; 2ª) Assuntos de interesse social. Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2021,  
**Roseane Maria da Silva Perri**  
Presidente do Conselho de Administração.

**TRIGÉSIMA QUINTA VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL**  
**EDITAL DE CITAÇÃO.** Com o prazo de trinta dias O MM Juiz de Direito, Dr.(a) Karenina David Campos de Souza e Silva - Juiz Titular do Cartório da 35ª Vara Cível da Comarca da Capital, RJ, FAZ SABER aos que o presente edital com o prazo de trinta dias virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo, que funciona a Av. Erasmo Braga, 115 Cor/D 311, 313, 315, CEP: 20020-970 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ, Tel.: 3133-3206, e-mail: [cap35vciv@trj.jus.br](mailto:cap35vciv@trj.jus.br), tramitam os autos da Classe / Assunto Execução de Título Extrajudicial - CPC - Despesas Condominiais / Condomínio em Edifício, de nº 0159380-90.2019.8.19.0001, movida por CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO CAP FERRAT em face de EGEKKE PATRIMONIAL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., objetivando citação. Assim, pelo presente edital, CITA o réu EGEKKE PATRIMONIAL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., que se encontra em lugar incerto e desconhecido, para, no prazo de 03 (três) dias, pagar a importância de R\$ 63.250,83 (sessenta e três mil, duzentos e cinquenta reais e oitenta e três centavos), ficando cliente de que: a) caso não efetue o pagamento no prazo indicado, ocorrerá a penhora e avaliação de bens (Art. 829 e parágrafo 1º do CPC); b) poderá oferecer embargos no prazo de quinze dias úteis após a juntada do mandado de citação nos autos (Art.915, caput, do CPC); c) no caso de integral pagamento no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (Art. 827, parágrafo 1º do CPC). Dado e passado nesta cidade de Rio de Janeiro, vinte e três de novembro de dois mil e vinte e um. Eu, Andrea Rodrigues Carneiro Azevedo - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/31367, digitel. E. eu, Adriano Lima da Silva - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/31511, o subscrevo.

**ELEIÇÕES DIRETORIA TRIÊNIO 2022/2025**  
**EDITAL DE CONVOCACAO**  
- O Presidente da Associação Nacional dos Suboficiais, Sargentos e Taifeiros da Aeronáutica - ANSSTA, CNPJ 17.168.697/0001-07, no uso das suas atribuições, convoca os associados em dia com suas obrigações sociais, para as eleições do triênio 2022/2025 a serem realizadas em Assembleia Geral Ordinária no dia 09 de março de 2022. O período de inscrições de chapas será de 10/01/2022 a 10/02/2022, as terças e quintas-feiras, no horário de 10h às 14h, na Sede Social localizada à Rua Acre, 55, sala 501, Centro, Rio de Janeiro, RJ. A Homologação das chapas será realizada no dia 17/02/2022 na Sede social localizada à Rua Acre, 55, sala 501, Centro, Rio de Janeiro, RJ. Rio de Janeiro, 08 de dezembro de 2021.  
**Milton Ferreira Lima**  
Presidente